



**UMA COMPARAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL ENTRE AS EMPRESAS DE CAPITAL MISTO E AS DE CONTROLE PRIVADO NO BRASIL**

**A COMPARISON OF THE QUALITY OF ACCOUNTING INFORMATION BETWEEN THE MIXED-CAPITAL COMPANIES AND PRIVATE CONTROL IN BRAZIL**

**UNA COMPARACIÓN DE LA CALIDAD DE LA INFORMACIÓN CONTABLE ENTRE LAS EMPRESAS DE CAPITAL MIXTO Y CONTROL PRIVADO EN BRASIL**

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v6n1p76-91>

**Angelo Antonio Davis de Oliveira Nunes e Rodrigues**

Mestre em Controladoria e Contabilidade (FEARP/USP)

Professor do Centro Universitário Unifafibe (UNIFAFIBE)

Endereço: Rua Prof. Orlando França de Carvalho, 325 - Centro

14.701-070 - Bebedouro/SP, Brasil

Email: angelodavis@gmail.com

**Rita de Cássia Lúcia Ferreira**

Especialista em Contabilidade e Tributos (UNIFAFIBE)

Pesquisadora do Centro Universitário Unifafibe (UNIFAFIBE)

Endereço: Rua Prof. Orlando França de Carvalho, 325 - Centro

14.701-070 - Bebedouro/SP, Brasil

Email: ritinha\_delucia@hotmail.com

**Taíse Bruna Mantovani**

Bacharela em Ciências Contábeis (UNIFAFIBE)

Pesquisadora do Centro Universitário Unifafibe (UNIFAFIBE)

Endereço: Rua Prof. Orlando França de Carvalho, 325 - Centro

14.701-070 - Bebedouro/SP, Brasil

Email: ta.mantovani@hotmail.com

**Elizabeth Krauter**

Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (FEA/USP)

Doutora em Administração (FEA/USP)

Professora Doutora da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)

Endereço: FEA-RP – Av. Bandeirantes, 3900 sala 32, bloco C2 – Monte Alegre

14.040-905 – Ribeirão Preto/SP, Brasil

Email: ekrauter@usp.br

**RESUMO**

O objetivo desta pesquisa é analisar e comparar a qualidade da informação contábil nas empresas de capital misto cujo controlador é o Estado em comparação com as de capital

Recebido em 14.05.2015. Revisado por pares em 06.06.2015. Reformulações em 13.10.2015 e 20.11.2015. Recomendado para publicação em 14.12.2015. Publicado em 07.03.2016.



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

privado. Para o desenvolvimento do trabalho, é utilizada uma abordagem metodológica estruturada, a partir de um problema de pesquisa quantitativo; com objetivo descritivo. Como técnica de coleta e estudo dos dados, utiliza-se a análise documental, por meio de um índice desenvolvido por Gabriel (2011), que observa, mediante doze questões, a qualidade da informação contábil das empresas. Essa análise foi realizada em uma amostra estatística das empresas no mercado acionário brasileiro, com nível de confiança de 95% e com erro amostral de 5%; em um conjunto de dezoito entidades: nove empresas de capital misto com controle estatal e nove empresas de capital privado. Os dados levantados foram analisados descritivamente, pelo teste estatístico não paramétrico de Mann-Whitney. Os resultados apontam diferença não significativa na qualidade da informação contábil entre os dois tipos de empresa. As organizações cujo controle acionário é do Estado apresentam adoção inferior nas práticas de qualidade da informação contábil relacionadas à falta do parecer limpo de auditoria, republicação das demonstrações contábeis, elaboração da informação contábil em padrão internacional, publicação fora do prazo legal, reavaliação de ativos imobilizados e publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa e adoção superior a empresas com controle privado nas práticas de divulgação da Demonstração do Valor Adicionado, remuneração dos executivos e medida de lucro econômico.

**Palavras-chave:** Empresa de Capital Misto. Governança Corporativa. Qualidade da Informação Contábil.

#### **ABSTRACT**

This paper aims to compare and analyze the accounting data of Brazilian public mixed capital companies with private capital ones. The methodology consists of the approach from a quantitative research question, and for a descriptive purpose. The documentary analysis is arranged by the method of data attainment by means of an index developed by Gabriel (2011): twelve questions assess the quality of accounting data. The statistical sample has nine public companies and nine private ones. The sampling error is 5%. The descriptive analysis of data presents the statistical nonparametric test by Mann-Whitney. Conclusion: there is no significant difference in the quality of accounting information between the two types of company. The public accounting data quality is lower, because their reports are not clean of audit; besides, their financial statements are not republished, accounting data are done in international standard, publication out of legal time, revaluation of fixed assets and publication of Cash Flow Statement and higher adoption to companies with private control in the disclosure practices of the Statement of Value Added, executive compensation and measure of economic profit.

**Keywords:** Mixed Capital Company. Corporate Governance. Quality of Accounting Data

#### **RESUMEN**

Este trabajo tiene como objetivo es analizar y comparar los datos contables de las empresas de capital mixto públicos brasileños con los capitales privados. La metodología consiste en el planteamiento de una pregunta de investigación cuantitativa, y con un propósito descriptivo. El análisis documental está organizado por el método de obtención de datos por medio de un índice desarrollado por Gabriel (2011): doce preguntas evalúan la calidad de los datos contables. La muestra estadística tiene nueve empresas públicas y nueve privadas. El error de muestreo es de 5%. El análisis descriptivo de los datos presenta la prueba no paramétrica

estadística por Mann-Whitney. Conclusión: no hay ninguna diferencia significativa en la calidad de la información contable entre los dos tipos de empresa. La calidad de los datos de contabilidad pública es menor, debido a que sus informes no son limpios de la auditoría; además, sus estados financieros no están a publicar, los datos contables se realizan en la norma internacional, publicación fuera de plazo legal, la revaluación de los activos fijos y publicación del Estado de Flujos de Efectivo y una mayor adopción de las empresas con el control privado en las prácticas de divulgación de la Declaración de Valor Agregado, la compensación ejecutiva y la medida de la utilidad económica.

**Palabras clave:** Capital mixto de la compañía; Gobierno Corporativo; Calidad de la información contable.

## 1. INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa é um sistema que auxilia a direção e a gestão das organizações visando a um melhor desenvolvimento organizacional. Para isso, abrange o relacionamento da empresa com os envolvidos com o negócio (BEYS; OLIVEIRA, 2007; NASCIMENTO *et al.*, 2007; INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, IBGC, 2009).

Esse sistema é composto por pilares e por princípios, que são fundamentais para sua prática. Seus pilares são constituídos pela transparência, pela prestação de contas a todos os interessados, pelo tratamento igualitário entre os acionistas e pela responsabilidade corporativa. Seus princípios construídos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tomaram-se ponto de referência para que empresas e países desenvolvessem seus próprios negócios, obedecendo às suas particularidades e às necessidades locais (MARQUES, 2007; IBGC, 2009).

Esses princípios orientam as condutas das empresas perante seus acionistas; protegendo, assegurando e incentivando seus direitos e o tratamento justo entre todos os envolvidos com a firma, bem como propiciam a divulgação e a transparência de todos os dados, e de informações relevantes, e a prestação de contas a eles pelo Conselho de Administração (IBGC, 2009).

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002), a adoção de práticas de Governança Corporativa constitui um conjunto de mecanismos que segundo Ribeiro Neto e Famá (2003), Malacrida e Yamamoto (2006) e Rodrigues (2011) — tem o objetivo principal de controlar e de monitorar a administração da empresa; para diminuir a assimetria informacional e colaborar para que os contratos sejam respeitados.

Os mecanismos são divididos em internos e externos a empresa. Entre os internos, estão o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o sistema de remuneração dos executivos e a estrutura de propriedade. Entre os externos, que se relacionam ao ambiente da empresa, estão a proteção legal aos investidores, a possibilidade de aquisição hostil, a fiscalização dos agentes de mercado, a estrutura de capital e a informação contábil (SILVEIRA, 2010).

Entre os mecanismos, a elaboração e a divulgação das informações contábeis são cruciais, pois fazem com que todos os acionistas obtenham o mesmo nível de informação para a análise da real situação da empresa; e assim são usadas como redutoras de conflitos e de custos de agência (JENSEN; MECKLING, 1976; BRIZOLA, 2004; GABRIEL, 2011).

Nesse contexto, as informações contábeis fornecem dados úteis das empresas para seus investidores e credores, para tomada de decisão. “Essas decisões envolvem comprar,

vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, p. 21).

Essa proteção é importante para as sociedades de capital misto, pois nelas são encontrados desafios para o desenvolvimento da Governança Corporativa; cujos principais problemas apresentados estão relacionados à transparência, ao Conselho de Administração, à ética e aos direitos dos acionistas (SILVEIRA, 2010).

As empresas de capital misto com controle estatal são importantes para o mercado acionário, pois representam 40% da capitalização do mercado, 20% do valor adicionado e 10% dos empregos (OCDE, 1999).

Nesse contexto, o mercado acionário no Brasil precisa de maior aplicação das práticas de governança, pois possui diversas empresas na bolsa de valores cujo Estado é o controlador, bem como outras com tradição familiar. Essa realidade permite a presença de um acionista controlador forte em relação aos minoritários (BORGES; SERRÃO, 2005; LOSS; SARLO NETO, 2006; SILVA, 2006).

As empresas de capital misto com controle estatal no país têm importância por três motivos: (i) representam um peso substancial na composição do Ibovespa, (ii) seu desempenho impacta a sociedade de forma direta e (iii) são uma forma do governo incentivar a governança no setor privado (SILVEIRA, 2010).

Em um país cuja história econômica recente apresenta diversos exemplos de má gestão em empresas de capital misto controladas pelo Estado questiona-se: **existe diferença na qualidade da informação contábil nas empresas de controle estatal em comparação com as empresas de controle privado?**

Por isso, o objetivo da pesquisa é analisar e comparar a qualidade da informação contábil das empresas de capital misto e controle do Estado com as de capital privado, pois o desvio na gestão das primeiras pode representar a utilização delas como mecanismos de política pública; e isso pode representar, segundo Bobbio (1987), o processo de publicização da parte privada do patrimônio líquido dessas organizações.

A operacionalização metodológica dessa pesquisa utilizou uma técnica estatística para definir o tamanho da amostra, respeitou os apontamentos da revisão bibliográfica sobre a influência da liquidez das ações sobre a qualidade da governança corporativa para assim garantir uma amostra sem viés e utilizou a análise descritiva para discutir os resultados, pois o tema discutido pode apontar para a necessidade de ajustamento nos modelos estatísticos de estudo da governança no país, para que esses considerem a influência do tipo de controlador na adoção e utilização dos mecanismos e práticas de governança.

Assim, a introdução apresenta o tema e o objeto do estudo; e a fundamentação teórica explica a relação entre a qualidade da informação contábil e a relação de agência nas empresas; seguidas pela metodologia, pela análise dos resultados e pelas considerações finais.

## **2. A INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO ÂMBITO DA RELAÇÃO DE AGÊNCIA**

A teoria econômica clássica assume que a firma atua de forma racional e sempre objetivando o lucro no longo prazo. Em sua concepção, as empresas possuem somente um único dono, que também atua como gestor; e nesse contexto não existe conflito de interesse na empresa, pois uma mesma pessoa faz a gestão da entidade e fornece o capital a ela (LOPES; MARTINS, 2007). Segundo esses autores, não existiriam problemas nessa organização, pois todos os agentes envolvidos com a empresa têm acesso ao mesmo conteúdo informativo.

O surgimento da corporação moderna, com propriedade separada da gestão, criou a possibilidade para que surgissem conflitos de interesse entre acionistas e administradores, e até mesmo entre os próprios administradores de diferentes níveis (LOPES; MARTINS, 2007).

Nesse contexto, a empresa é vista como um conjunto de contratos entre os diversos participantes, em que cada um contribui com algo para a empresa e recebe uma remuneração em troca. Assim, o funcionamento adequado da empresa depende do equilíbrio contratual estabelecido, pois se uma das partes não estiver satisfeita com o contrato, as atividades da empresa podem ser prejudicadas ou interrompidas (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004).

Nas corporações modernas, existem diversos contratos entre os envolvidos com o negócio, e essa situação pode causar fugas de produtividade. Assim, a eficiência dessas organizações está relacionada à transferência aos gestores do direito de tomar decisão (ALCHIAN; DEMSETZ, 1972).

A transferência do poder de tomar decisão do principal ao agente é caracterizada como uma relação de agência, pois o acionista escolhe um agente para gerir a empresa e esses acordam o pagamento por esse serviço; porém, o resultado da gestão poderá influenciar a continuidade da relação (ROSS, 1973; JENSEN; MECKLING, 1976).

A relação de agência apresenta custos, que são compostos pelos dispêndios relacionados à elaboração do contrato, ao monitoramento da gestão, aos gastos com a concessão de garantias contratuais por parte dos agentes, e aos custos residuais (JENSEN; MECKLING, 1976).

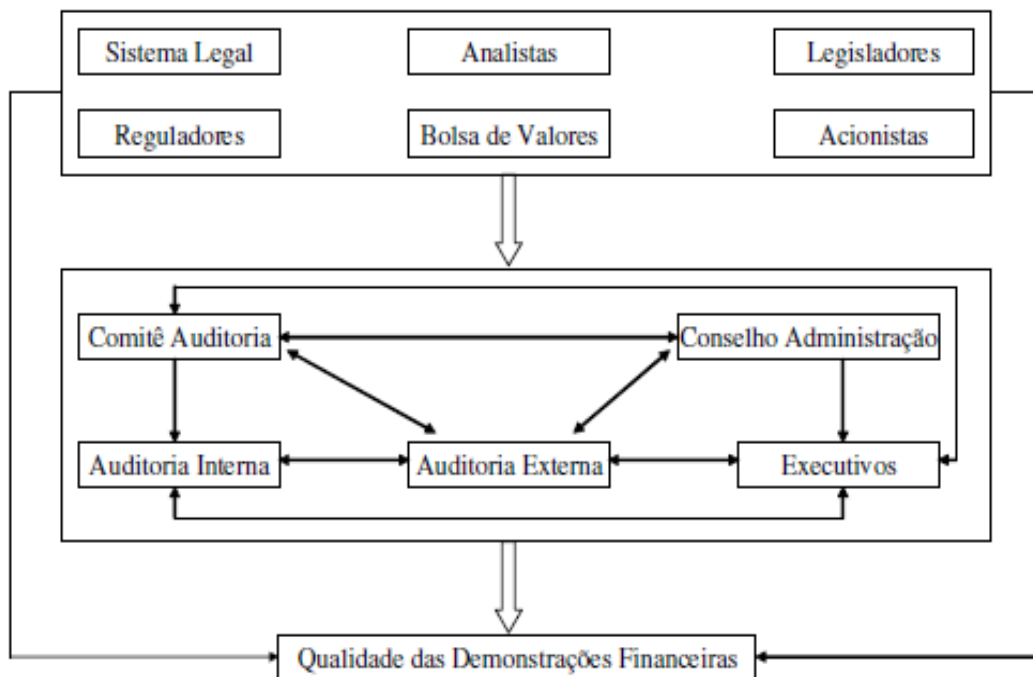
Nessa relação, existe a possibilidade de ocorrerem ações ocultas do agente ou acionista controlador, pois este pode apresentar um comportamento oportunista no sentido de maximizar seu bem-estar pessoal em detrimento dos acionistas minoritários. As ações ocultas ocorrem na falha em controlar o agente, que pode estar relacionada ao ambiente de informação assimétrica, que torna impossível determinar a qualidade da gestão desses agentes (SILVA, 2004; SAITO; SILVEIRA, 2008).

A concepção do sistema de governança em uma organização passa pelo arquétipo entre a atenção as diversas relações contratuais existentes na entidade e a relação de agência, pois a não observação dessas extensões pode impactar o desenvolvimento e a implantação dos mecanismos de controle e alinhamento (CHRISTOPHER, 2010).

A redução dos problemas entre as relações existentes nos grupos interessados nas organizações pode ser alcançada de várias formas, não gratuita e relacionada à contabilidade (RODRIGUES, 2011). De acordo com esse autor, a contabilidade trabalha como um sistema de informação que é ligado à mensuração de cada contrato e avalia o cumprimento dos direitos e deveres dos indivíduos da organização. Assim, a informação contábil funciona como um mecanismo de Governança Corporativa, pois possibilita o monitoramento constante da administração da empresa, diminuindo a existência de conflitos de agência e a assimetria informacional, por meio de uma maior transparência (RIBEIRO NETO; FAMÁ, 2003; GABRIEL, 2011).

Por isso, a informação contábil ganha importância em empresas com separação entre suas estruturas de controle (tomada de decisão) e a propriedade (posse dos títulos corporativos), pois concede aos acionistas a capacidade de verificar a real situação em que a organização se encontra (GABRIEL, 2011).

Uma entre as diversas finalidades da Governança Corporativa é assegurar a qualidade das demonstrações contábeis das empresas, que depende da relação entre seus envolvidos internos e externos (COHEN *et al.*, 2004; GABRIEL, 2011).

**Figura 1** – Governança Corporativa e qualidade das demonstrações financeiras

Fonte: Adaptado por Gabriel (2011, p. 23) com base em Cohen et al., (2004)

A Figura 1 demonstra a relação entre os envolvidos com a empresa por meio da adoção das práticas da governança corporativa. Essas práticas apresentam significativa influência na qualidade das demonstrações financeiras da empresa, portanto “quanto maior o nível de governança corporativa da firma [...], maior a qualidade da informação contábil” (GABRIEL, 2011, p. 24).

O estudo de Silva e Martins (2015), que observou o impacto da adoção de práticas de governança corporativa na explicação do valor das empresas no mercado acionário brasileiro, apontou que a tradução das demonstrações contábeis para o inglês possui reflexos positivos no *value relevance* dessas entidades.

O trabalho de Ball (2006) investigou os determinantes da qualidade das demonstrações contábeis. O autor aponta que a informação contábil é influenciada pelos padrões contábeis adotados, pelo desenvolvimento do mercado de capitais, pela estrutura de capital, pela estrutura de propriedade e pelos tributos. Assim, a maior parte da influência sobre a informação contábil padronizada é local, fato que favorece a possibilidade do estado exercer sua influência para moldar a legislação nacional ao seu interesse.

Na academia, alguns trabalhos observaram a relação entre governança corporativa e qualidade da informação contábil, como Gallon et al. (2007), Dalmácio e Rezende (2008) e Gabriel (2011). A pesquisa de Gallon et al. (2007), realizada com 55 empresas adotantes dos níveis diferenciados de Governança Corporativa na Bolsa do Brasil, verificou os Relatórios da Administração, e identificou que quanto mais elevado o nível de governança, melhor o fornecimento das informações prestadas.

Já Dalmácio e Rezende (2008) observam que as empresas brasileiras que adotam um nível diferenciado de governança apresentam informações contábeis mais qualitativas; implicando maiores retornos econômicos das entidades. Para Gabriel (2011), existe uma

relação positiva entre a adoção das boas práticas de Governança Corporativa e a qualidade das demonstrações financeiras das empresas; com uma amostra de 184 empresas da Bolsa de Valores e dados de 2008, o autor verificou que as organizações que adotaram as práticas de Governança Corporativa apresentaram melhor qualidade da informação contábil.

Assim, o interesse desta pesquisa está em analisar e em comparar a adoção das práticas relacionadas à qualidade da informação contábil em empresas de capital misto controladas pelo Estado com as empresas de capital privado.

### 3. METODOLOGIA

A classificação metodológica dessa pesquisa está baseada em Beuren (2012), que observa o objetivo, o problema e a técnica empregada. O estudo, quanto à técnica de pesquisa, é descritivo, pois busca analisar e comparar a qualidade da informação contábil nas empresas de capital misto com as de controle privado. É importante uma pesquisa descritiva em Contabilidade, pois revela várias características que compõem o objeto de estudo; permitindo entender sua natureza e alcançar resultados (BEUREN, 2012).

A classificação da pesquisa em relação ao problema é qualitativa, pois analisa a situação que está sendo estudada, destacando características que não são observadas em estudos quantitativos (BEUREN, 2012). Em relação aos procedimentos, a pesquisa é uma análise documental, pois observa se existe diferença na qualidade da informação contábil segundo o tipo de acionista controlador, por meio de verificação nas demonstrações contábeis referentes ao ano de 2012.

As variáveis que mensuram o objeto do estudo estão no Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC), que foi desenvolvido por Gabriel (2011); assim, esse índice será calculado para cada empresa, e se aceita que quanto mais práticas adotadas melhor a qualidade da informação contábil divulgada pela empresa (Quadro 1).

**Quadro 1**– Perguntas para a construção do Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC)

Perguntas	Crítérios de Pontuação
1 - O parecer do auditor independente é limpo?	1,0 - empresas que não apresentam parecer com ressalva, adverso, com abstenção de opinião ou com parágrafos de ênfase. 0,5 - empresas que apresentam parecer com parágrafo de ênfase. 0,0 - demais casos.
2 - A firma de auditoria é uma das quatro maiores?	1,0 - empresas que têm o parecer elaborado por uma das seguintes firmas de auditoria: Pricewaterhouse Coopers, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young ou KPMG. 0,0 - demais casos.
3 - A companhia não republica suas demonstrações contábeis?	1,0 - empresas que não tem nenhum tipo de reapresentação (por exigência ou espontânea). 0,5 - empresas que têm reapresentação espontânea. 0,0 - demais casos.
4 - A companhia também divulga suas demonstrações em US-GAAP ou IAS/IFRS?	1,0 - empresas que divulgam suas demonstrações de acordo com os US-GAAP ou IAS/IFRS. 0,0 - demais casos.
5 - A companhia não reavalia seu ativo imobilizado?	1,0 - empresas que não constituem essa reserva ou que baixaram integralmente seu respectivo saldo, a partir de 2008. 0,0 - demais casos.

## Uma Comparação da Qualidade da Informação Contábil entre as Empresas de Capital Misto e as de Controle Privado no Brasil

6 - A companhia não registra despesas pré-operacionais ou despesas com pesquisa no ativo diferido?	1,0 - empresas que não registram essas despesas no ativo ou que baixaram integralmente seu respectivo saldo, a partir de 2008. 0,0 - demais casos.
7 - A companhia divulga suas demonstrações dentro do prazo legal?	1,0 - empresas que apresentam suas Demonstrações Financeiras Padronizadas anuais (DFP) até 31/03 do ano subsequente. 0,0 - demais casos.
8 - A companhia divulga a Demonstração dos Fluxos de Caixa?	1,0 - empresas que divulgaram a Demonstração dos Fluxos de Caixa, antes da vigência da Lei 11.638/07. 0,0 - demais casos.
9 - A companhia divulga a Demonstração do Valor Adicionado (DVA)?	1,0 - empresas que divulgaram a Demonstração do Valor Adicionado, antes da vigência da Lei 11.638/07. 0,0 - demais casos.
10 - A companhia divulga demonstrações em moeda de poder aquisitivo constante?	1,0 - empresas que divulgam, ao menos, o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício de acordo com algum dos seguintes critérios: correção monetária de balanço ou correção monetária integral. 0,0 - demais casos.
11 - A companhia divulga o montante gasto com a remuneração fixa e variável desagregando o percentual pago aos executivos e ao conselho de administração?	1,0 - empresas que desagregam a remuneração dos conselheiros e executivos, informando a remuneração fixa e variável. 0,5 - empresas que: (i) desagregam, mas não informam a remuneração fixa e variável; ou (ii) não desagregam, mas informam a proporção paga sob a forma fixa e variável. 0,0 - demais casos.
12 - A companhia divulga o custo do capital próprio ou alguma medida de lucro econômico?	1,0 - empresas que apresentam o valor adicionado/destruído com base em alguma medida que leva em consideração o custo do capital próprio (EVA, valor para o acionista, lucro residual, etc.). 0,0 - demais casos.

Fonte: Gabriel (2011, p. 48)

A classificação das variáveis utilizadas no IQIC segue Richardson (2010), que verifica (i) o caráter escalar delas, (ii) a sua continuidade e (iii) a relação entre elas. Nesse contexto, as variáveis são ordinais em relação ao seu caráter escalar e contínuas; porém, não se faz necessário observar a relação entre as questões do índice, pois elas são observadas de forma agrupada (RICHARDSON, 2010).

Assim, a dimensão da amostra estudada levou em consideração o nível de mensuração das variáveis que estão abrangidas no questionário: se nominal, ordinal ou intervalar; o tamanho da população, se infinito ou finito; e, para Martins (2002, p.45), “se a variável escolhida for nominal ou ordinal e a população finita”, como nesse estudo, o tamanho da amostra se explica pela seguinte equação:

$$M = \frac{Z^2 \times p \times q \times N}{d(N - 1) + Z^2 \times p \times q}$$

Levando-se em consideração o nível de confiança de 95% ( $Z = 1,96$ ), um erro amostral de 5% ( $d = 0,05$ ), o tamanho da população ( $N = 367$ ), e uma proporção de “p” de 0,5, para a construção da amostra, a equação apresenta como resultado aproximado 18 empresas, que foram divididas em dois grupos de 9 organizações, um de capital misto e outro de capital privado.



---

Uma Comparação da Qualidade da Informação Contábil entre as Empresas de Capital Misto e as de Controle Privado no Brasil

---

Para escolher as organizações levou-se em consideração a máxima liquidez das ações negociadas durante o ano de 2012 na Bolsa de Valores do país, pois de acordo com Dalmácio (2009), existe relação entre o volume de negócio das ações no mercado e as boas práticas de governança corporativa. Assim, as empresas escolhidas estão no Quadro 2.

**Quadro 2** – Empresas Seleccionadas

Nº	Empresa com controle Estatal	Empresa com controle Privado
1	Petrobras	Vale do Rio Doce
2	Banco do Brasil	OGX
3	Cemig	Itaú - Unibanco
4	Eletróbrás	Bradesco
5	Sabesp	BM&F – Bovespa
6	Telebrás	PDG Realty
7	Celesc	Gerdau
8	Banestes	Itausa
9	Banese	Usiminas

Fonte: Preenchido pelos autores

A verificação da similaridade entre os dois tipos de acionistas controladores em relação à adoção das práticas do IQIC envolve o teste não paramétrico de Mann-Whitney, pois essa técnica pode ser utilizada para a verificação de similaridade entre duas amostras extraídas de população com média igual. Assim, a pesquisa parte da premissa que existe uma relação positiva entre a adesão às práticas recomendadas de Governança Corporativa e a qualidade da informação contábil e limita-se ao aceitar que a adoção das práticas de governança corporativa represente seu efetivo funcionamento e que o tipo de controlador pode influenciar a elaboração da informação contábil.

#### 4. ANÁLISE DE DADOS

Na busca para alcançar o problema e o objetivo de pesquisa foi aplicado o Índice de Qualidade da Informação Contábil elaborado por Gabriel (2011) em 18 empresas de capital aberto na Bolsa de Valores no Brasil, que representam a população com 95% de nível de confiança e 5% de erro, por meio de 9 entidades com capital misto e de controle do Estado, e 9 de controle privado.

Nessas empresas foram analisadas as demonstrações contábeis anuais referentes ao ano de 2012 e o resultado do índice aferido está exposto no Quadro 3.

Uma Comparação da Qualidade da Informação Contábil entre as Empresas de Capital Misto e as de Controle Privado no Brasil

**Quadro 3** – Qualidade da Informação Contábil da Amostra

<b>Empresa com controle Estatal</b>	<b>IQIC</b>	<b>Empresa com controle Privado</b>	<b>IQIC</b>
Cemig	9	Bradesco	10
Banco do Brasil	8,5	Gerdau	9,5
Petrobrás	8,5	Vale	9
Celesc	8	Usiminas	8,5
Eletrobrás	6,5	PDG Realty	7,5
Sabesp	6,5	Itausa	7
Banese	6	Itaú-Unibanco	7
Banestes	5	OGX	7
Telebrás	4,5	BM&F-Bovespa	6,5

Fonte: Elaborado pelos autores

O IQIC foi calculado para as 18 empresas da amostra e apresenta com média 6,94 para as empresas com controle Estatal e 8 para as organizações com controle acionário privado. Nessa amostra a empresa que alcançou a maior posição no índice foi o Bradesco cuja única prática não adotada é a divulgação de medida de lucro econômico, enquanto a pior foi a Telebrás, que apresentou 41% de aderências às práticas pesquisadas. Para facilitar a análise, as perguntas do índice de qualidade da informação contábil foram separadas e analisadas em três partes.

**Quadro 4**– Primeira Parte do Percentual de Empresas com Respostas afirmativas no IQIC

<b>Questões / Tipo de Acionista Controlador</b>	<b>Estatal</b>	<b>Privado</b>
01 - O parecer do auditor independente é limpo?	88,89%	100,00%
02 - A firma de auditoria é uma das quatro maiores?	88,89%	88,89%
03 - A companhia não republica suas demonstrações contábeis?	50,00%	66,67%
04 - A companhia também divulga suas demonstrações em US-GAAP ou IAS/IFRS?	77,78%	100,00%

Fonte: Preenchido pelos autores com base em Gabriel (2011)

O Quadro 4 apresenta questões relacionadas à auditoria das empresas e suas demonstrações. Em três das quatro questões, as empresas de capital misto apresentam porcentagem inferior de adoção quando comparadas com as empresas de capital privado.

A média de adoção das práticas de qualidade da informação contábil fica em 76,39% nas empresas de capital misto e de 88,89% nas de capital privado, fato que apoiado nos resultados de Gallon *et al.* (2007) pode indicar que a qualidade da informação das empresas com controle privado é superiores as públicas.

As empresas de capital privado mostram maior nível de adoção de pareceres limpos de auditoria, e de utilização de serviço de auditoria de empresas entre as quatro maiores do mundo; além de normas contábeis internacionalizadas para elaboração das demonstrações contábeis. As organizações de capital misto oferecem menos republicações.

Os dois tipos de empresas apresentam menor índice de adoção a prática relacionada à republicação das demonstrações contábeis, pois catorze empresas da amostra tiveram que corrigir de forma espontânea suas informações.

Uma Comparação da Qualidade da Informação Contábil entre as Empresas de Capital Misto e as de Controle Privado no Brasil

**Quadro 5** – Segunda Parte do Percentual de Empresas com Respostas afirmativas no IQIC

Questões / Tipo de Acionista Controlador	Estatual	Privado
05 - A companhia não reavalia seu ativo imobilizado?	44,44%	88,89%
06 - A companhia não registra despesas pré-operacionais ou despesas com pesquisa no ativo diferido?	100,00%	100,00%
07 - A companhia divulga suas demonstrações dentro do prazo legal?	55,56%	100,00%
08 - A companhia divulga a Demonstração dos Fluxos de Caixa?	55,56%	66,67%

Fonte: Preenchido pelos autores com base em Gabriel (2011)

O Quadro 5 apresenta questões relacionadas aos métodos usados para elaboração das demonstrações contábeis e a sua divulgação. Assim, em três das quatro questões as empresas de capital misto apresentam porcentagem de adoção inferior quando comparadas com as empresas de capital privado. Para Gabriel (2011) existe uma forte relação entre a qualidade da governança corporativa e a da informação contábil, assim, os dados contidos no Quadro 5 apontam para as empresas com controle privado com melhor sistema de governança.

A média da adoção das práticas de qualidade da informação contábil apresentadas no Quadro 05 fica em 63,89% nas empresas de capital misto e 88,89% nas de capital privado.

As empresas de capital privado apresentam maior nível de adoção de não reavaliação de ativos e de divulgação das demonstrações contábeis nos prazos estabelecidos por lei; bem como divulgavam suas Demonstrações de Fluxo de Caixa antes da Lei 11.638/07, pois seis empresas já evidenciavam essa informação nos anos de 2006 e 2007.

As empresas de capital misto diminuem a adoção das práticas de qualidade da informação contábil em 16,36% em relação ao Quadro 4. Somente na prática de não registro no ativo de despesas pré-operacionais ou de gastos com pesquisa, têm percentual semelhante à adoção às empresas de capital privado. Quase metade da amostra com capital controlado pelo Estado não publica suas demonstrações no prazo legal e quatro empresas não evidenciaram suas demonstrações de fluxo de caixa antes da Lei 11.638/07.

A existência de reavaliação de ativo imobilizado — prática desautorizada no país pela nova lei das sociedades anônimas — ocorreu em cinco empresas com capital misto, enquanto somente uma empresa privada se utiliza dessa prática contábil.

Assim, entre as práticas destacas no Quadro 5, a que apresenta de forma geral o maior percentual de adoção é a relacionada a não ativação de gastos pré-operacionais e de pesquisa, que ficou em 100% da amostra; enquanto a pior é a de divulgação das Demonstrações de Fluxo de Caixa antes da Lei 11.638/07, em que somente 11 organizações da amostra evidenciavam essa informação.

O Quadro 6 apresenta questões relacionadas à divulgação das informações contábeis. Em três das quatro questões, as empresas de capital misto apresentam percentual de adoção superior as de capital privado.

A média de utilização das práticas de qualidade da informação contábil apresentadas no Quadro 6 fica em 33,33% nas empresas de capital misto e de 22,22% nas de capital privado.

Uma Comparação da Qualidade da Informação Contábil entre as Empresas de Capital Misto e as de Controle Privado no Brasil

**Quadro 6** – Terceira Parte do Percentual de Empresas com Respostas afirmativas no IQIC

Questões / Tipo de Acionista Controlador	Estatual	Privado
09 - A companhia divulga a Demonstração do Valor Adicionado (DVA)?	55,56%	44,44%
10 - A companhia divulga demonstrações em moeda de poder aquisitivo constante?	0,00%	0,00%
11 - A companhia divulga o montante gasto com a remuneração fixa e variável desagregando o percentual pago aos executivos e ao conselho de administração?	66,67%	44,44%
12 - A companhia divulga o custo do capital próprio ou alguma medida de lucro econômico?	11,11%	0,00%

**Fonte:** Preenchido pelos autores com base em Gabriel (2011).

As empresas de capital misto apresentam maior nível de adoção da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado, da remuneração dos executivos e do lucro econômico. Porém, a adoção das práticas é baixa, pois nenhuma das 18 empresas da amostra fez divulgação de demonstrações em moeda de poder aquisitivo constante, e só uma apresenta seu custo de capital próprio ou medida de lucro econômico.

Assim, ao observar todas as partes do questionário, pode-se constatar que as empresas de controle privado apresentam maior adoção de práticas do Índice de Qualidade da Informação Contábil, pois em 50% das práticas, as empresas privadas apresentam maiores índices percentuais; enquanto as empresas públicas apresentam maiores índices em apenas 25% das questões.

As organizações com capital misto só se destacam quando a prática está relacionada à divulgação da informação contábil. Os resultados demonstram a necessidade de melhorar a gestão das organizações com capital aberto, negociadas na bolsa do Brasil, e cujo controlador é o Estado.

A sequência da análise dos resultados envolveu o resultado da aplicação do teste não paramétrico de diferença de média de Mann Whitney, por meio do uso do programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS).

**Quadro 7** – Teste Estatístico de Mann Whitney

Itens	IQIC
Mann-Whitney U	23,500
Wilcoxon W	68,500
Z	-1,511
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,131
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	0,136 <sup>b</sup>

a. Grouping Variable: Controlador

b. Not corrected for ties.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no programa SPSS

Os resultados do teste apresentam um nível de significância de 0,131, superior ao estabelecido de 0,05. Assim, as diferenças encontradas na análise descritiva quanto à adoção de práticas de qualidade da informação contábil não são estatisticamente significantes. Apesar disso, os resultados apontam para a necessidade de melhorar as práticas de Governança Corporativa relacionadas à Qualidade da Informação Contábil.

## 5. CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar e comparar a qualidade da informação contábil das empresas de capital misto e controle do Estado em relação às de capital privado.

A análise evidencia que a adoção das práticas de qualidade da informação contábil apresenta diferenças entre as empresas com controle do Estado e as de controle privado. Verifica-se que em algumas práticas, o índice apresenta resultado próximo a 100% de adoção para as organizações com os dois tipos de controle acionário. No entanto, a amostra apresenta baixa adesão nos dois tipos de empresas em questões referentes à divulgação da DVA antes da nova lei das Sociedades Anônimas, elaboração das demonstrações obrigatórias em moeda de poder aquisitivo constante, e evidenciação do custo do capital próprio ou medida de lucro econômico.

As empresas com controle acionário privado apresentam média de adoção das práticas de qualidade da informação contábil de 66,67%, em comparação com os 57,87% das empresas com capital misto e controle público. Os dois tipos de empresas apresentam resultado inferior a 50% de adoção em quatro práticas e considerando todo o questionário desenvolvido por Gabriel (2011) as diferenças encontradas não apresentaram significância estatística no teste de Mann Whitney.

A contribuição desta pesquisa está em evidenciar que a adoção das práticas de governança relacionadas ao mecanismo de qualidade da informação contábil apresenta diferenças nos dois tipos de empresas, fato que aponta para a necessidade de melhor entendimento para os fatores que explicam o funcionamento desse mecanismo e seu papel na mitigação da assimetria informacional.

Os resultados apontam a oportunidade para o incentivo a implantação de mais práticas de governança relacionadas à contabilidade, no sentido de se obterem novas informações de qualidade, precisas e úteis para tomada de decisão, auxiliando a avaliação econômica e financeira da empresa.

Para uma sequência da pesquisa, podem-se verificar a eficiência das práticas de governanças adotadas pelas empresas de controle público e de controle privado em relação à sua eficiência financeira e operacional.

## REFERÊNCIAS

ALCHIAN, A. A.; DEMSETZ, H. Production, Information Costs and Economic Organization. **The American Economic Review**, Nashville, v. 62, n. 5, p. 777-795, 1972.

BALL, R. International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting and Business Research**, International Accounting Policy Forum, p. 5-27, 2006.

BEUREN, M. I. (Coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEYS, F.; OLIVEIRA, L. R. Análise dos motivos que levam empresas a adotar práticas de governança corporativa. In: **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Rio de Janeiro, 4, 2007. Rio de Janeiro/RJ. Anais... Rio de Janeiro: SEGET, 2007.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, L. F. X.; SERRÃO, C. F. B. Aspectos de Governança Corporativa moderna no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 111-148, 2005.

BRIZOLA, J. Teoria do agenciamento na contabilidade: a contabilidade e o processo de comunicação. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, 2004.

CHRISTOPHER, J. Corporate governance: a multi-theoretical approach to recognizing the wider influencing forces impacting on organizations. **Critical Perspectives on Accounting**, Florida, v. 21, n. 8, p. 683-695, 2010.

COHEN, J. et al. Corporate Governance mosaic and financial reporting. **Journal of Accounting Literature**, Gainesville, v. 23, p. 87-152, 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa. **Cartilha de Governança Corporativa**. Rio de Janeiro, jun. 2002. Disponível em: <[www.cvm.gov.br/port/public/publ/cartilha/cartilha.doc](http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/cartilha/cartilha.doc)>. Acesso em: 20 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

DALMÁCIO, F. Z. **Mecanismos de governança e acurácia das previsões dos analistas do mercado brasileiro: uma análise sob a perspectiva da teoria de sinalização**. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_; REZENDE, A. J. A relação entre o *timeliness* e a utilidade da informação contábil e os mecanismos de governança corporativa: evidências no mercado acionário brasileiro. **Revista Base**, São Leopoldo, v. 5, n. 3, p. 163-174, 2008.

GABRIEL, F. **Impacto da adesão às práticas recomendadas de Governança Corporativa no Índice de Qualidade da Informação Contábil**. 2011. 116 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GALLON, A. V. et al. Análise da relação entre evidenciação nos relatórios da administração e o nível de governança das empresas na Bovespa. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 1, n. 2, p. 18-41, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das melhores práticas de Governança Corporativa**. São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Home.aspx>>. Acesso em: 5 out. 2014.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

JENSEN, M.C., MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Boston, v. 3, p. 305-360, 1976.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2007.

LOSS, L.; SARLO NETO, A. O inter-relacionamento entre políticas de dividendos e de investimentos: estudo aplicado às companhias brasileiras negociadas na Bovespa. **Revista de Administração e Finanças**, São Paulo v. 17, n. 40, p. 52-66, 2006.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, M. C. C. Aplicação dos princípios da Governança Corporativa ao sector público. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 2, 2007.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do IBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, p. 65-79, 2006.

NASCIMENTO, A. M. et al. A controladoria como um mecanismo interno de Governança Corporativa: evidências de uma *Survey* comparativa entre empresas de capital brasileiro e norte-americano. **Revista da Associação Brasileira de Custos**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, 2007.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD Principles of Corporate Governance**. 1999. Disponível em: [www.ocde.org/dataoced/32/18/315577724.pdf](http://www.ocde.org/dataoced/32/18/315577724.pdf). Acesso em 09 de setembro de 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO NETO, R. M.; FAMÁ, R. A importância da governança corporativa na gestão das empresas: o caso do grupo Orsa. In: **Seminários de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo**, 6, 2003, São Paulo/SP. Anais... São Paulo: SEMEAD, 2003.

RODRIGUES, A. A. D. O. N. **O estudo do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

ROSS, S. A. The economic theory of agency: the principal's problem. **The American Economic Review**, Nashville, v. 63, n. 2, p. 134-139, 1973.

SAITO, R.; SILVEIRA, A. D. M. Governança Corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 2, p.79–86, 2008.

SILVA, A. L. C. Governança corporativa, valor, alavancagem e política de dividendos das empresas brasileiras. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo v.39, n.4, p.348-361, 2004.

\_\_\_\_\_. **Governança Corporativa e sucesso empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, C. C. S.; MARTINS, O. S. Valor e práticas de governança corporativa das empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 26-41, 2015.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.